



Agroecologia e Convivência com o Semiárido na Rede de Mulheres do município de Remanso/BA: Promoção da Autonomia, Igualdade de Gênero e da Sustentabilidade

MUNIZ, Márcia Maria Pereira¹; RIBEIRO, Helder Freitas²; VIEIRA, Denes Dantas³.

¹ Coordenadora do Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais – SASOP- Programa de Desenvolvimento Local do Semiárido – Remanso – BA. E-mail: marcia@sasop.org.br.

² Professor da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e dos Mestrado Profissional em Extensão Rural/PPGExR/UNIVASF e Doutorado Profissional em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial/PPGADT/UNIVASF. E-mail: helder.freitas@univasf.edu.br.

³ Professor da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e dos Mestrado Profissional em Extensão Rural/PPGExR/UNIVASF e Doutorado Profissional em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial/PPGADT/UNIVASF. E-mail: denes.vieira@univasf.edu.br.

Eixo Temático: Mulheres, Feminismos e Agroecologia

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar os avanços e desafios na implementação de Políticas Públicas voltadas para fortalecimento da Agricultura Familiar e superação das desigualdades de gênero constituída no âmbito da Rede Mulheres do município de Remanso/BA. Partiu-se da perspectiva da pesquisa-ação, tendo sido utilizados vários instrumentos participativos de mobilização e mediação por meio de um Grupo Focal estruturado em 06 atividades. Também se fez uso da observação participante e de entrevistas semiestruturadas a pessoas identificadas como relevantes para compreensão das questões desta pesquisa. Identificou-se que nas duas últimas décadas o acesso às políticas públicas impactou positivamente na vida das mulheres que integram a Rede. Entretanto, mesmo com estas conquistas evidenciadas através da ação das mulheres em rede ainda há muito que avançar para garantir a igualdade de gênero e a plena cidadania das mulheres que vivem no meio rural.

Palavras-Chaves: Mulheres Agricultoras; Feminismo; Equidade de Gênero; Empoderamento

Keywords: Women Farmers; Feminism; Gender Equity; Empowerment

Abstract: The goal of the present work is to analyze the advances and challenges on implementation of public politics focused on the familiar agriculture strengthening and on overcoming the gender inequalities in the context of the Women Network from Remanso-Ba city. It started from the action-research perspective and many participative tools of mobilization and mediation were used through a focus group structured in 6 activities. It was also applied the participating observation and semistructured interviews of identified people relevant for the research questions comprehension. It was identified that in the last two decades the access to public politics positively impacted the women's life that integrated this network. However, even after these achievements through the action of women in the network, still there are a lot to advance to guarantee the gender equality and the fully citizenship for women who live in the rural area.

Introdução

Este artigo foi elaborado a partir da dissertação “Igualdade de Gênero e Políticas Públicas para mulheres: a experiência da Rede de Mulheres de Remanso – BA”, para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-graduação em Extensão Rural–



PPGEXR, da Universidade Federal do Vale do São Francisco/Univasf. Esta buscou, a partir da atuação da Rede de Mulheres do município de Remanso, analisar: em que medida as Políticas Públicas têm contribuído para o fortalecimento das experiências de base agroecológica no âmbito da perspectiva da Convivência com o Semiárido? Identificar e analisar as principais políticas e programas públicos acessados pelas participantes da Rede de Mulheres do município de Remanso. Além disso, também buscou-se elucidar: em que medida essas políticas colaboram com o processo de autonomia e empoderamento das mulheres?

O município de Remanso/BA, espaço de atuação da Rede de Mulheres, está inserido no Semiárido Brasileiro e integra o Território Sertão do São Francisco, o qual se caracteriza pela ocorrência de anos sucessivos de seca e apresentam-se realidades distintas que se distribuem em dois ambientes, quais sejam as áreas irrigadas que estão às margens do Rio São Francisco e as áreas de sequeiros que são utilizadas principalmente para a criação de caprinos, ovinos, extrativismo e cultivos de ciclo curtos. Por décadas, as intervenções governamentais eram voltadas para o “combate à seca”, marcadas pelas ações emergenciais e descontínuas, geralmente com a construção de grandes obras hídricas. Em contraposição a esta proposta desenvolvimentista e buscando valorizar os modos de vida e organizações socioculturais e produtivas locais que nas últimas décadas tem se estruturado uma articulação em rede das Organizações da Sociedade Civil em torno de propostas de “*Convivência com o Semiárido*” e da “*Agroecologia*” nos territórios do Semiárido Brasileiro. Estas articulações têm-se pautado nos processos sociais e organizativos locais, bem como na contextualização das propostas de desenvolvimento.

Ao nível nacional a articulação da sociedade civil e o Estado Brasileiro possibilitou o reconhecimento da Agricultura Familiar por meio de instrumento de lei (Lei n. 11326, de 2006) que define e estabelece diretrizes para a formulação de políticas públicas específicas para este segmento da sociedade. A Rede de Mulheres de Remanso tem contribuindo com a auto-organização das agricultoras, apoiando os grupos de mulheres, sendo esses grupos espaço de formação, visando ampliar os conhecimentos. Além disso, a rede também tem apoiado o desenvolvimento das atividades produtivas dessas mulheres numa perspectiva da Convivência com o Semiárido e da Agroecologia através de estratégias que promovem a ampliação da autonomia das mulheres e a redução das desigualdades de gênero no meio rural.

Metodologia

Esta pesquisa teve como fundamento a pesquisa-ação, por entender a importância do protagonismo dos/as agricultores/as familiares no processo de construção de conhecimentos para a intervenção na realidade, partindo assim de cultura local e dos espaços de sociabilidade já existentes. Para compreender os impactos das Políticas Públicas e sua contribuição para apoiar as experiências envolvendo as temáticas da Convivência com o Semiárido a partir da perspectiva de gênero optou-se pela pesquisa-ação. Na realização da pesquisa optou-se por trabalhar com a técnica de

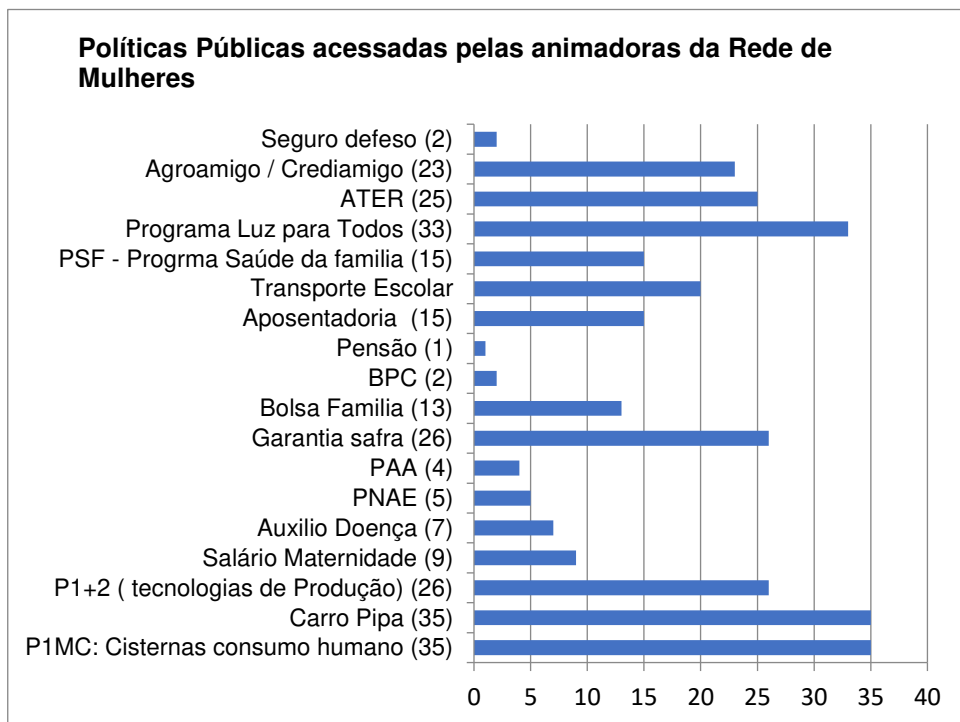


Grupo Focal, como uma das estratégias metodológicas mais adequadas para o levantamento das informações que são objeto dessa pesquisa.

Resultados e Discussão

A pesquisa identificou que o trabalho realizado pela Rede de Mulheres foi relevante para as mulheres agricultoras e pescadoras artesanais, fomentando a auto-organização. Tais ações abriram caminhos para a construção de novas relações sociais na família, na comunidade e em outros espaços que elas circulam e há um reconhecimento na melhora da sua autoestima. O poder da cultura patriarcal limita a ação das mulheres, essas se sentem desvalorizadas, o trabalho realizado por elas, tanto o trabalho produtivo, como o trabalho reprodutivo são relegados a invisibilidade. É importante ressaltar que as famílias que vivem no semiárido nas áreas de sequeiro, sofreram pouca influência da revolução verde. Isso se confirma em análise feita por Silliprandi (2015, p.272), “por ser uma região de agricultores pobres, a Revolução Verde não os atingiu com tanta força, pelo alto custo dos insumos e equipamentos necessários”. Por outro lado, o Estado apoiou no Território Sertão do São Francisco a implantação dos projetos de irrigação. Paralelamente agricultores familiares vêm resistindo a adoção desse modelo e as mulheres a partir de suas práticas tem cumprindo o papel de guardiã da biodiversidade nos processos de experimentação agroecológica. Elas são “produtoras de bens e gestoras do meio ambiente, assim como portadoras de uma lógica não destruidora com relação à natureza”. (SILLIPRANDI, 2015, p.102).

Na última década, pode-se verificar a ampliação das políticas públicas para a agricultura familiar, como demonstra o Figura 1. O acesso às políticas foi fundamental para apoiar as experiências de Convivência com Semiárido e contribuiu para melhorar as condições de vida das famílias que vivem nessa região. Isso se confirma na análise feita pelo IPEA, et al. (2011) o qual ressalta que na última década a evidente redução dos índices de pobreza e desigualdade no país, inclusive aqueles relativos à desigualdade racial na distribuição da renda. Pode-se observar uma ampliação das políticas agrárias, fruto do processo de organização e de incidência política dos diversos movimentos que atuam no campo, como afirma Mattei (2017, p.169), “desde as duas últimas décadas do século XX, observa-se um novo protagonismo político no meio rural brasileiro, em grande medida decorrente do processo de organização e de luta da classe trabalhadora rural”.



Fonte: Pesquisa direta da autora realizada entre março de 2017 a setembro de 2018.
Figura 1. Políticas Públicas Acessadas pelas animadoras da Rede de Mulheres.

Nas últimas décadas um conjunto de programas e projetos contribuiu para mudar a realidade da região Semiárida, em uma de suas análises Araújo (2013, p.166) expressa, “os impactos nas regiões mais pobres - norte e nordeste - foram muito favoráveis, sobretudo quando se associou a essa estratégia o esforço de investimentos, especialmente em infraestrutura econômica e social”. As políticas públicas que foram implementadas ainda não foram suficientes para garantir a igualdade de gênero e a plena cidadania das mulheres que vivem no meio rural. Assim, o Estado brasileiro permanece com o desafio de promover a transversalidade de gênero nas políticas públicas, contemplando programas e ações voltadas para o desenvolvimento rural sustentável.

Mesmo reconhecendo a fragilidade na implementação de políticas públicas com transversalidade de gênero é importante destacar os avanços que ocorreram na vida das mulheres, decorrentes de dois fatores: primeiro fruto do seu processo de organização e ampliação de seus conhecimentos, o segundo pelo acesso ao conjunto de políticas nas diversas áreas. A integração dessas políticas foram fundamentais para promover mudanças e melhoria na vida das famílias que vivem na região semiárida. Isso impactou de forma positiva na vida das mulheres, como reconhece



Bandeira (2004, p. 15). “A pobreza enfraquece a cidadania feminina e impede as mulheres de assumir ações políticas, interferências institucionais e legais para modificar sua condição. Essa também precariza as possibilidades de romper com o ciclo intergeracional da pobreza”. Consta-se que a Rede de Mulheres de Remanso tem se constituído um espaço de resistência e de luta pela promoção da autonomia das mulheres e pela busca de igualdade. O seu trabalho tem possibilitado maior acesso a direitos e promovido a participação social das mulheres agricultoras, segmento da sociedade que tem sua vida marcada pelas as desigualdades de gênero.

Conclusões

A ampliação das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, abriu novas perspectivas para as famílias que vivem no Semiárido. O processo de organização das mulheres e de mobilização e de incidência política contribuiu no acesso às políticas pública impactando de forma relevante na vida das mulheres com reflexo nas condições financeiras e de vida de todas as famílias. Pode-se observar o aumento considerável na autoestima dessas mulheres com ampliação de seus conhecimentos para fortalecer as experiências de Convivência com o Semiárido.

Mesmo com a ampliação das políticas públicas para as famílias que vivem no Semiárido, constata-se a partir da experiência da Rede de Mulheres de Remanso que ainda são necessários esforços para implementar programas e políticas públicas com recorte de gênero. É fundamental a articulação dos diversos setores do Estado na promoção da igualdade de gênero por meio de ações específicas e da implementações de ações de combate à pobreza e promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Tânia Bacelar. **Nordeste:** desenvolvimento recente e perspectiva. BNDES. Fevereiro de 2013.

BANDEIRA, Lourdes. **Brasil:** Fortalecimento da Secretaria especial de políticas para as mulheres para avançar na transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas. Quito, Ecuador, agosto de 2004.

BRASIL. Lei n 11326/2006: **Política Nacional da Agricultura Familiar**. Disponível [www.deser.org.br /](http://www.deser.org.br/), acesso: 19/02/2017.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA *et al.* **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4. ed. Brasília, 2011.

MATTEI, Lauro. **A política agrária e rural do governo Temer**. In: Questões agrárias, agrícolas e rurais [recurso eletrônico]: conjunturas e políticas públicas Ed. - Rio de Janeiro: E-Papers, 2017.

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.

XI CBA
Congresso
Brasileiro de
Agroecologia
Ecologia de Saberes:
Ciência, Cultura e Arte na
Desconstrução dos
Sistemas Agroindustriais



SILLIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.